

Ministérios dividem 'clientes'

O ministro da Saúde, Almeida Machado, declarou ontem que a criação do Ministério da Previdência Social foi essencial para tornar possível o bom funcionamento de seu Ministério. O cliente natural do Ministério da Saúde — observou — é sem face, ignora seus direitos e é apenas um membro de uma coletividade. Por outro lado, o cliente da Previdência Social é um cliente que grita, exige, aparece nos jornais. Ora, se um mesmo órgão estiver cuidando tanto da saúde coletiva quanto da saúde individual, é natural que dê mais ênfase aos programas que favorecem o cliente mais exigente".

Segundo o ministro Almeida Machado, a criação do Ministério da Previdência Social veio tirar do âmbito do Ministério da Saúde a preocupação com a saúde individual, "dando-lhe a oportunidade de concentrar seus esforços nos programas de saúde pública, sua vocação natural. Se o Ministério da Previdência Social possui mais recursos, é porque seus encargos são mais onerosos, sendo fato sabido que a saúde individual resulta muito mais cara do que a saúde pública".

O representante do Ministério da Previdência Social na V Conferência Nacional da Saúde, Hugo Alqueres, não vê possi-

bilidade dos amplos recursos de seu Ministério serem utilizados como arma política dentro do Sistema Nacional de Saúde. "Os recursos são proporcionais às atribuições, os recursos do Ministério da Previdência Social são reflexo de seus encargos e não impedirão que o Ministério colabore intensamente com os outros integrantes do SNS".

Hugo Alqueres fez ontem, exposição na V Conferência Nacional de Saúde sobre "assistência médica na previdência Social", na qual afirma que os recursos consumidos com assistência médica cresceram de 337 por cento de 1970 a 1975. "A reformulação das atividades da Central de Medicamentos, possibilitando-lhe decisivo apoio à prestação da assistência farmacêutica, constitui complemento lógico para obtenção de maiores benefícios no campo médico-assistencial".

Walter Leser, secretário da Saúde de São Paulo, mostra-se preocupado com a regulamentação da lei que criou o Sistema Nacional de Saúde. "A qualidade da lei depende da regulamentação. Por isso é importante a realização dessa V Conferência Nacional de Saúde. Como há representantes de todas as entidades que lidam com a saúde no Brasil, podemos ter um quadro completo das necessidades e viabilidades operacionais. A meu ver, a regulamentação da lei que criou o SNS deverá ser feita por um grupo que inclua não só as várias tendências que de-

tectamos nos grupos de trabalho, como também os vários níveis de poder e autoridade. Só assim será possível criar um sistema justo".